



Jornal FNE

Edição 47 – Abril/06

Hora de acertar

Nesta edição, Engenheiro aborda três importantes decisões a serem tomadas pelo governo, de cujo resultado dependem fundamentais interesses da sociedade. A primeira delas diz respeito à urgente necessidade de se garantir vida digna aos aposentados. Resolvida a questão do salário mínimo, elevado a R\$ 350 a partir de 1º de abril por medida provisória, resta decidir qual será o reajuste dos beneficiários do INSS, que ganham acima desse piso. Com rendimentos também muito baixos em sua maioria, esses reivindicam correção equivalente à dada aos que recebem o mínimo.

Outro ponto pendente é o projeto de concessão das rodovias federais, no qual insiste o Planalto. Por ora, o processo tem sido brechado por incongruências no edital de licitação já apontadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União). Mais que corrigir tais problemas, cabe rever a decisão de novas privatizações, tendo em vista seu histórico nefasto no País.

E, por fim, a acirrada disputa em torno da opção por um padrão de TV digital. A decisão deve ser tomada sem precipitação e livre de pressões de lobbies, levando-se em consideração o que é mais interessante ao País, no longo prazo, do ponto de vista do desenvolvimento social e tecnológico.

Ainda nesse campo, o prêmio da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) à inovação tecnológica, com inscrições abertas, traz estímulo às empresas que investem em novos produtos e processos. Em pauta também o profícuo encontro no Estado do Acre, que tratou de engenharia e desenvolvimento e alcançou importantes resultados do ponto de vista da valorização da categoria. E mais, o que acontece nos estados.

Boa leitura.

CAPA

“A cada ano, mais de 2 milhões de aposentados, que ganhavam um pouco mais, passam a receber um salário mínimo. Se essa política continuar, em 2018, todos eles estarão recebendo o piso do governo.” A previsão é do Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos, que participa de campanha lançada pelas centrais sindicais em fevereiro e encampada pela FNE, cujo objetivo é rever essa situação em que gradativamente os beneficiários da Previdência vêm minguar seu poder de compra. É a realidade vivida em especial pelos 8 milhões – de um universo aproximado de 26 milhões – cujo rendimento é superior ao mínimo.

Enquanto os que ganham o correspondente ao piso salarial têm aumento idêntico ao definido para o teto, aos demais, a correção é feita com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) – embora, informe o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), em alguns anos, “tenha ficado abaixo do valor registrado por esse”. Seu estudo que aponta tal diferenciação subsidia a campanha em prol dessa parcela da população, que pleiteia um pacote de medidas. Entre as reivindicações, inclui acabar com essa distinção e garantir reposição decente. Assim, para este ano, a luta é pela obtenção de reajuste equivalente ao obtido para o mínimo – ou seja, de 16,67%, bem acima, portanto, dos 4% que vem oferecendo o governo. Além disso, abrange, conforme informação do Sindicato dos Aposentados, cesta de medicamentos com preço acessível aos aposentados, regulamentação do Estatuto do Idoso em sua plenitude, criação de comissão permanente para discutir uma nova política de recuperação dos benefícios e antecipação da primeira parcela do 13º para junho, hoje não permitida. Com esse objetivo, diversas manifestações vêm sendo realizadas, por todo o País.

Política de recuperação

De acordo com o estudo do Dieese, o rendimento médio do conjunto dos aposentados brasileiros valia R\$ 500,00, em dezembro de 2005, ou seja, apenas 1,66 piso. Conforme detalha em sua análise, “até a faixa de cinco salários mínimos encontram-se 95,2% dos aposentados, com uma renda média de R\$ 434,68, correspondendo a 1,45 mínimo”. Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE, ressalta que “esse contingente não está tão distante daquele que recebe apenas o mínimo e nada justifica tratamento tão desigual”.

A injustiça fica ainda mais evidente ao se considerar que os aposentados recebem valores médios muito abaixo do necessário a sua sobrevivência – o teto para a subsistência de uma família deveria ser, como calcula o Dieese, de R\$ 1.607,11. “Para além da valorização do piso previdenciário, é preciso discutir uma política de recuperação das demais aposentadorias, especialmente das que se encontram com o valor abaixo do salário mínimo necessário, uma vez que todos deveriam receber um valor adequado para garantir um padrão de vida digno”, conclui seu estudo. Para Pinheiro, essa luta é urgente. “Trata-se de contrapor a racionalidade e princípios de justiça social aos imperativos monetaristas. Não será fácil derrotá-los, mas é fundamental que se consiga, em nome da dignidade do trabalhador”, vaticina.

OPINIÃO

Carlos Bastos Abraham

Hoje, infelizmente, cerca de 25% da população mundial sofre com a falta crônica do precioso líquido composto de hidrogênio e oxigênio. E o que é pior: esse percentual só tende a crescer. O Brasil é o país que dispõe das maiores reservas de água doce do mundo, mas muitas regiões ainda passam por enormes dificuldades de abastecimento. É sabido que o desmatamento desenfreado, a falta de saneamento básico, o enorme consumo hídrico de criadouros animais, lavouras e indústrias contribuem para agravar o problema. Além disso, a falta de educação ambiental tende a tornar esse quadro cada vez mais preocupante.

O mais lamentável, no entanto, é que, para enfrentar problemas tão complexos, as autoridades brasileiras continuem, na maioria dos casos, despreparadas e omissas. Questões eminentemente técnicas devem ser discutidas e resolvidas por profissionais habilitados. É fundamental que os políticos, quando guindados a cargos que fujam à natureza de sua formação profissional, apóiem-se sempre no corpo técnico das empresas, evitando com isso um desgaste desnecessário, com decisões precipitadas e errôneas.

Nesse aspecto, a nação vive um momento crucial: sem embasamento técnico, contratos de concessão municipal estão sendo rompidos, com fundamento apenas em interesses políticos regionais, comprometendo o funcionamento do sistema estadual como um todo, um prejuízo gritante para a maioria dos municípios brasileiros. Nosso país está passando por um momento nebuloso, sem definição de uma política nacional do saneamento.

A água é um bem precioso demais para ser usada como moeda política, principalmente às vésperas de campanhas eleitorais. A sociedade brasileira precisa ser alertada e chamada a participar dessa discussão, mas não da forma truculenta e improdutiva como foi feito nos últimos anos.

O Planalto, leia-se o Ministério das Cidades, ainda não conseguiu finalizar um projeto de lei para tentar regulamentar o setor. A proposta nesse sentido, infelizmente, foi muito mal conduzida, ignorando o que tinham a dizer as entidades representativas e os vários órgãos envolvidos com a matéria, deixando uma grande dúvida quanto à eficácia das futuras regras. Assim, seguimos no País sem uma Política Nacional de Saneamento. É uma ilusão pensar que somente defender a titularidade de um direito, que já está assente na Constituição Federal, sem definir responsabilidades pelos serviços e pela garantia do abastecimento, resolverá a caótica situação em que se encontra o setor. O PL 5.296, que já havia sido engavetado no Congresso, foi novamente apresentado pelo relator, em 17 de março, em versão que não encontra consenso, seja pelos direitos dos cidadãos e demais usuários, participação e controle social, conceito de serviço público de abastecimento de água e esgoto sanitário, regulação, planejamento ou pela fiscalização e aspectos econômicos e financeiros. Enquanto isso, a desregulamentação no setor provoca o desmonte das principais estatais no País, responsáveis pelo saneamento na maioria dos municípios brasileiros. Os governos federais, estaduais e municipais bem que poderiam investir mais nesse setor tão carente. O governo deveria

aproveitar os bons exemplos de saneamento no País, e não simplesmente aniquilar com todos os sistemas. Ou seja, não deveria partir do zero e sim de uma modelagem mínima já existente. O que realmente se precisa neste momento de crise total é menos discurso e mais prática por parte dos governos estaduais e federais.

Estamos longe de enxergar uma solução para o problema, já que ainda teremos muitos rounds sobre esse polêmico projeto de lei. Alternativas vêm sendo estudadas e propostas, mas neste ano eleitoral é improvável que se avance em questões técnicas dessa natureza, mesmo que de grande importância para a sociedade brasileira. Enquanto isso, como sempre, continuamos pagando para ver. Até quando?

Carlos Bastos Abraham é diretor regional Sul da FNE

ENGENHARIA

Na iminência de uma decisão por parte do governo brasileiro quanto ao padrão de TV digital a ser adotado no País – segundo veiculado pela imprensa, sua escolha seria anunciada ainda no início de abril –, acirra-se a disputa entre os existentes. Em 10 de março, o Ministério das Comunicações chegou a sinalizar sua opção pelo modelo japonês, preferido pelos radiodifusores, mas acabou voltando atrás devido a inúmeras pressões. Todos querem conquistar esse mercado que é, segundo lembra o professor da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo), Marcelo Zuffo, um dos maiores do mundo: de acordo com dados oficiais, a TV está presente em mais de 90% dos lares brasileiros. Afora tal potencial, na visão de José Dias Paschoal Neto, coordenador da TV PUC e diretor da Associação Brasileira de Televisão Universitária, os radiodifusores pedem urgência na definição de um modelo porque receiam perder espaço a outras mídias, como a telefonia celular, que “já começa com transmissão de conteúdos”.

A se definir entre os três padrões consagrados – japonês, europeu e estadunidense –, o governo tem posto na balança as contrapartidas de cada um, como a instalação de uma fábrica de condutores no Brasil. Todavia, para Zuffo, a vir como uma “caixa preta”, nenhum deles servirá ao País. “Não funcionará ou não atenderá nossas necessidades de inclusão digital, ampliação do espectro e desenvolvimento econômico e social.” No caso do europeu e do estadunidense, poderá haver inclusive dificuldades na transmissão do sinal. “Qualquer dos modelos não servirá se optarmos pela alta definição, porque isso bloqueia a multiprogramação. E é a última chance de se aumentar o número de atores nesse processo”, avalia Laurindo Lalo Leal Filho, professor da ECA-USP (Escola de Comunicações e Artes). Ele acrescenta: “A interatividade tem abrangência mais ampla do ponto de vista social do que um mero canal de compra e venda de produtos. Mas esses países não estão pensando nisso, são outras realidades.”

Do ponto de vista técnico, afirmam os professores Cristina de Castro e Fernando de Castro, do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas da PUC-RS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), não há dúvidas: o SBTVD (Sistema Brasileiro de TV Digital) é o ideal. “Tem desempenho superior aos três outros”, diz o especialista. Além disso, conforme ele, o custo do conversor seria bastante inferior, se comparado aos estrangeiros, que podem chegar a US\$ 800 – o tupiniquim ficaria em cerca de US\$ 100.

Apresentado como referência pelo CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações), o sistema nacional é fruto, como ressalta Lalo, do trabalho desenvolvido por 22 consórcios de universidades envolvendo quase mil pesquisadores brasileiros. “Depois de se investir cerca de R\$ 50 milhões e dois anos de trabalho, essa massa crítica não pode ser desprezada”, salienta o professor da ECA. Implementá-lo seria, na opinião de Fernando de Castro, aproveitar “oportunidade histórica”. Ele elucida: “Não vamos deixar de ser nação de terceiro mundo enquanto não agregarmos valor tecnológico às nossas exportações. E o SBTVD é um divisor de águas no que diz respeito a essa política.”

Aprofundar o debate

Cristina de Castro informa que o sistema nacional conceitualmente está pronto e tem sua eficácia comprovada, mas o produto a ser colocado no mercado ainda carece de desenvolvimento. Para tanto, seriam necessários mais uns 18 meses, avaliam os pesquisadores da PUC-RS. Alternativa viável para encurtar esse tempo seria, na análise deles, adotar sistema híbrido, que incorporasse tecnologia nacional. Essa seria a melhor solução, avalia o professor Alcides Teixeira da Silva, do Departamento de Engenharia Elétrica da UFMT (Universidade Federal do Mato Grosso). Sua sugestão é que o receptor de TV digital aqui utilizado tenha um componente inteligente que permita o uso de qualquer dos padrões existentes e sua adequação. Sérgio Ricardo Master Penedo, coordenador do curso de Engenharia Elétrica da Uepi (Universidade Estadual do Piauí), defende a utilização do modelo japonês, por ser o mais avançado de todos, com a possibilidade de moldá-lo futuramente para atendimento às nossas necessidades. “Se vier como software livre, tanto faz o padrão”, pensa Paschoal.

Em um ponto quase todos concordam: não há motivo para pressa. “Não existe um clamor da população pela TV digital. É uma questão delicada que merece mais tempo”, constata Cristina de Castro. Assim, acadêmicos envolvidos no projeto em todo o Brasil e representantes de diversos movimentos fazem coro: o ideal seria aprofundar o debate. “É uma decisão crucial ao País para ser tomada dessa forma”, enfatiza Lalo. Para Paschoal, a discussão a ser feita é sobre o que se pretende com a tecnologia. “Na minha opinião, o debate está desfocado. Não deveria ser sobre o padrão, mas sobre o que se quer fazer com o oligopólio de TV, se a intenção é democratizar os meios de comunicação, permitir a interatividade para incrementar a educação, ampliar o espectro e geração de conteúdo”, acredita.

PROVATIZAÇÃO

Ignorando o fato de que, historicamente, as desestatizações iniciadas no setor em 1995 tiveram alto custo à sociedade – com a multiplicação de praças de pedágio e cobrança de valores elevados –, o governo insiste em conceder à iniciativa privada ainda neste ano novos trechos. Todavia, desta vez, a concessão de rodovias federais pode não sair do papel – o que é a expectativa de especialistas do segmento. “Zelar por essa estrutura para garantir o bem-estar da sociedade deve ser responsabilidade do poder público”, destaca o professor do Programa de Engenharia de Transportes da Coppe/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Hostilio Xavier Rattton Neto.

A realização do leilão, previsto para maio, vai depender de aprovação pelo TCU (Tribunal de Contas da União) do edital de licitação. O órgão fiscalizador apontou uma série de incongruências nos estudos de viabilidade – parte delas não corrigidas pelo Ministério dos Transportes e ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). Entre as quais, segundo acórdão publicado pelo TCU em 13 de dezembro do ano passado, estão: inclusão dos custos relativos ao passivo ambiental preexistente desconsiderando-se as responsabilidades a ser atribuídas a cada parte da relação contratual; superestimativa dos valores orçados para investimentos em obras e serviços e dos preços de veículos, equipamentos de pesagem e rede de fibra óptica; falta de especificação e composição de custos para o orçamento relativo ao conjunto de equipamentos gerais e de informática.

Conforme Carlos Serman, superintendente de exploração da infra-estrutura da ANTT, as recomendações feitas pelo órgão não foram acatadas na íntegra pelo governo porque esse diverge do tribunal quanto a alguns pontos. “Entramos com recurso para rever isso e o TCU não o julgou ainda.” Por exemplo, no caso da balança, o valor não estaria superestimado, pois foi definido, informa o superintendente, com base no adotado pela Nova Dutra, há dez anos.

Custo social elevado

Por outro lado, Serman admite que a agência não conseguiu realizar levantamento de todas as inconsistências apontadas, entre elas a relativa ao passivo ambiental. Conseqüentemente, teve que retirar um dos trechos da proposta de concessão, prevista para um período de 25 anos. Com isso, tal abrange agora sete lotes, em especial no chamado corredor Mercosul, que totalizam 2.600,8km – antes eram mais de 3 mil quilômetros. Além da redução da malha, as tarifas de pedágio foram revistas e hoje situam-se entre cerca de R\$ 3,1 e R\$ 4,6 – antes encontravam-se entre R\$ 6 e R\$ 7,20, a cada 100km, dependendo do trecho. Mesmo assim, a viagem não ficará barata. Na atual configuração, em algumas rodovias, o número de praças de pedágio programadas surpreende: na BR-381, que liga Minas Gerais a São Paulo, por exemplo, para percorrer 562,1km, o usuário terá que parar em oito delas.

O custo social permanece elevado: o pedagiamento impacta os preços dos produtos transportados por essas vias, os quais são repassados ao cidadão comum, observa a deputada

federal Clair Martins (PT-PR). Para Acir Mezzadri, coordenador do Fórum Popular contra o Pedágio do Paraná, com isso, o País deixa de ser competitivo e perde sua capacidade de expansão econômica.

Apesar dos prejuízos apontados com as privatizações, minuta de edital foi apresentada pelo governo neste primeiro trimestre em audiências públicas realizadas em diversas capitais do País que fazem parte da rota das rodovias a ser concedidas – a exceção é Curitiba, onde manifestações impediram a efetivação. Carlos Bastos Abraham, diretor regional Sul da FNE, participou de uma delas, realizada em 9 de março em Santa Catarina, e criticou o procedimento: “Não houve interação com a sociedade organizada. Os editais foram apresentados rapidamente, sem dar muita chance a debates, em especial quanto ao pedagiamento.” Sobre as alterações feitas em atendimento às recomendações do TCU, ele enfatiza: “Foram apenas pequenas mudanças, de modo que não comprometessem a estrutura pretendida.”

Para Ratton, a argumentação que tem ganho os corações e mentes da população, de que somente com a venda do patrimônio público será possível manter as estradas federais em bom estado, é falaciosa. Abraham endossa a afirmação: “A privatização não se justificaria caso os recursos oriundos da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), carimbados para conservação das estradas, não fossem desviados a outros fins.” O diretor da FNE ressalta ainda que cobrar pedágio em tais rodovias é proceder a bitributação, uma vez que foram construídas com dinheiro público e já pagas.

Na concepção do professor da Coppe/UFRJ, a situação precária de muitas delas é decorrente não da falta de verba, mas da sua má aplicação e falta de planejamento integrado do sistema de transportes no Brasil. “Não há política de Estado.” Rever isso, acredita ele, é a saída para melhorar a qualidade das estradas federais e assegurar o bem público, em prol da coletividade.

SINDICAL

Ao encontro da sua proposta de conhecer os problemas locais a ser enfrentados pelos Senges e contribuir à sua solução, no início de março, a FNE participou de uma série de reuniões e audiências nesse Estado. Motivada pela posse solene, no dia 7, da nova diretoria do Sindicato dos Engenheiros – encabeçada por Sebastião Fonseca –, a visita teve uma série de desdobramentos que reinauguraram em grande estilo os trabalhos da entidade no Acre. Conforme o seu presidente, o sindicato foi ausente praticamente desde a sua fundação, há cerca de 15 anos, e a atual gestão pretende agora reverter isso, em prol dos profissionais da área tecnológica.

Além de ações políticas, portanto, marcou a retomada das atividades a realização pelo Senge – juntamente com o Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil) locais, com o apoio da federação – de seminário intitulado “Rio Branco + 10 – Urbanismo e Desenvolvimento”, sediado no auditório da Fieac (Federação das Indústrias do Acre) nos dias 7 e 8 de março. O principal objetivo foi extrair idéias e propostas à elaboração do plano diretor de Rio Branco, contribuindo, sobretudo, com conhecimento técnico.

Os debates e intervenções foram acompanhados por mais de 200 pessoas. A conclusão do evento integra a Carta Rio Branco + 10, entregue ao poder público municipal em 15 de março (veja alguns tópicos abaixo). Temas como crescimento e verticalização da cidade, uso e ocupação do solo, meio ambiente urbano e IPTU progressivo foram destaque na programação do evento. Entre os pontos a serem solucionados na cidade, estão a ocupação desordenada, falta de planejamento e problemas de drenagem. Alagamentos como os ocorridos em fevereiro deste ano, que atingiram diversos bairros em Rio Branco, estariam entre as conseqüências disso. No ensejo, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, endossou a importante iniciativa e falou sobre a necessidade de valorização profissional no Estado.

Engenharia e desenvolvimento

Levantando essa bandeira, ele participou no dia anterior à abertura do evento (6) – juntamente com outros dirigentes da federação, o analista sindical João Guilherme Vargas Netto e diversas lideranças locais, incluindo o presidente do Senge – de audiências para tratar de temas de interesse da sociedade como um todo e dos engenheiros, que são, segundo Fonseca, cerca de 2.500 registrados no Estado. Assim, em reuniões com os presidentes da Assembléia Legislativa do Acre, Sérgio Petecão, e da Câmara dos Vereadores de Rio Branco, Jonas Costa, apontaram a necessidade de se encaminhar a essas casas projeto que referende a Lei 4.950-A, a qual fixa o piso profissional da categoria, de modo que esse passe a ser respeitado no Estado – ambos se comprometeram a trabalhar para isso.

Também na data, em encontro com o governador do Acre, Jorge Viana, os dirigentes lhe apresentaram a proposta do VI Conse (Congresso da Federação Nacional dos Engenheiros), convidando o mandatário do Estado a participar do evento. A se realizar entre 13 e 15 de setembro, na capital paulista, deve se pautar por discussões preliminares importantes aos estados e ao País. A idéia é que suas conclusões norteiem ações e proposições unificadas que contribuam para viabilizar um projeto nacional em um horizonte de 20 anos. Entre os temas de interesse regional, informa Fonseca, desenvolvimento sustentável e conceito de florestania – ou seja, pensar a cidadania do ponto de vista de quem vive na região amazônica, o que abrangeria uma nova política de desenvolvimento da floresta, com respeito ao meio ambiente – foram tratados.

Carta Rio Branco + 10

Com o intuito de servir de instrumento de apoio às ações do poder público, deliberou-se pela transformação do seminário “Rio Branco + 10 – Urbanismo e Desenvolvimento” em fórum permanente de debates das necessidades locais. Esse foi um dos tópicos incorporados à Carta Rio Branco + 10, documento que sintetiza as conclusões do evento, entre as quais a necessidade de:

- difundir e estimular a educação ambiental em toda a rede de ensino municipal;
- implantar programas de engenharia e arquitetura pública, em que o poder público contratará profissionais qualificados e acadêmicos a fim de propiciar assistência técnica às comunidades carentes nas suas construções e com isso garantir a qualidade da moradia, cumprindo o papel social do plano diretor, que, em essência, é de distribuir eqüitativamente a renda, organizando o crescimento urbano;
- garantir a continuidade do Conselho Municipal de Urbanismo após a implantação do novo Plano Diretor de Urbanismo e Desenvolvimento de Rio Branco;
- elaborar políticas públicas condizentes com o plano de macrodrenagem e projetos de fluxo viário;
- criar mecanismo que obrigue o tratamento final dos esgotos;
- o lençol freático de Rio Branco terá que ser preservado da contaminação das fossas sépticas, que deverão estar no mínimo a 20 metros de distância dos poços semi-artesianos, cacimbas e outras formas de captação de águas subterrâneas;
- desenvolver laudo técnico sobre as áreas alagáveis, para determinar bases e parâmetros ao uso construtivo;
- criar mecanismos que incentivem o desenvolvimento industrial e comercial.

O que acontece nos estados

MS

Ações visam incrementar salários

Segundo Arthur Chinzarian, presidente do Senge Mato Grosso do Sul, a direção da entidade pretende desenvolver duas ações primordiais aos profissionais neste ano. Uma delas é iniciar um canal de negociação com as prefeituras e o Governo do Estado, os principais empregadores da categoria, para incrementar o salário dos engenheiros. “Esse é o primeiro passo para estabelecermos uma via de comunicação com os patrões. A partir daí, iniciaremos o diálogo para obter melhorias à categoria e valorizar o seu trabalho, tão importante ao desenvolvimento do Mato Grosso do Sul”, informa Chinzarian. De acordo com Mário Sérgio Cardoso, vice-presidente da entidade, além das negociações por melhores salários, o Senge pretende prosseguir com sua política de valorização profissional, iniciada em 2005, através de

reuniões com representantes dos diversos segmentos da categoria. “Vamos juntar os pontos acordados nesses encontros numa carta de intenções que será levada às cidades-pólo do Estado para ser rediscutidos. Nossa política é dar às bases o poder de opinar e decidir sobre os caminhos a serem seguidos”, afirma.

SP

Categoria conquista piso na Ferroban

No dia 22 de fevereiro, foi julgada em primeira instância a ação trabalhista ajuizada pelo Seesp, contra mais uma intransigência da Ferroban Ferrovias Bandeirantes S/A. Nessa data, a juíza Ana Lúcia Cogo Casari, da 4ª Vara do Trabalho de Campinas, sentenciou que a Ferroban pague a 18 engenheiros que trabalham nessa companhia o piso profissional equivalente a 8,5 salários mínimos por oito horas diárias de trabalho, retroativo a 27 de fevereiro de 1999. Determinou ainda que seja extensivo aos adicionais noturno, por tempo de serviço, de periculosidade, de insalubridade, bem como às horas extras, gratificação de função e horas de sobreaviso, com reflexos nas gratificações de férias acrescidas de 1/3 e nos depósitos do FGTS.

MA

Valorização dos profissionais na área tecnológica

Esse foi o tema da palestra promovida no dia 21 de março, no auditório do Memorial Maria Aragão, pelo Senge Maranhão. Na ocasião, o palestrante Antonio Sá F. Palmeira fez uma reflexão sobre o delineamento da identidade profissional e sua inserção no ciclo histórico. As percepções, aspirações e compreensão dos presentes revelaram a necessidade de “repensarmos os compromissos dos espaços institucionais para construirmos um novo pensamento associativo sindical que responda às exigências dos profissionais e do mercado de trabalho”, avalia Maria Odinéa M. Santos Ribeiro, presidente do Senge. Certa de que todos os profissionais e suas entidades representativas têm o dever de participar da construção do desenvolvimento da sociedade, ela ressaltou a necessidade de se adotar também uma política de valorização da categoria.

AP

Engenheiros aprimoram seus conhecimentos

Mais de 40 profissionais participaram do Curso de Orçamento e Cálculo de Custos de Obras em Engenharia, realizado pelo Senge Amapá de 13 a 17 de março, no auditório do Crea-AP (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia). Segundo Manoel Ferreira da Conceição Neto, presidente do sindicato, foi o primeiro curso de atualização voltado aos associados. Foi ministrado pelo engenheiro Pedro Tavares Neto, com apoio do Crea, da

Secretaria de Obras do Estado do Amapá, da Prefeitura Municipal de Macapá e do Clube de Engenharia.

SC

Manutenção das obras públicas em foco

Um dossiê com a radiografia dos principais problemas decorrentes da falta de manutenção da infra-estrutura dos maiores centros urbanos do País será entregue no mês de setembro pelo Sinaenco (Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva) ao presidente Luis Inácio Lula da Silva, aos ministros dos Transportes e das Cidades e aos candidatos às eleições presidenciais. O objetivo é alertar os administradores e a sociedade sobre a necessidade de uma manutenção constante da infra-estrutura, pois muitos bens foram executados na primeira metade do século XX. Para chegar ao dossiê nacional, as diretorias regionais do Sinaenco, junto com as entidades de classe locais, formarão grupos de trabalho para analisar e apontar os problemas existentes em cada ambiente. A primeira edição desses estudos ocorreu em Salvador, no dia 15 de março. No dia 6 de abril, acontecerá em Florianópolis, em parceria entre o Senge Santa Catarina, Associação dos Engenheiros, Crea-SC e outras entidades. Tais estudos estão sendo feitos por engenheiros e arquitetos e serão apresentados à imprensa local, a autoridades governamentais e ao Ministério Público.

RS

Sindicato debate carga tributária

No dia 20 de março, o Senge Rio Grande do Sul e a Aclame (Associação da Classe Média) apresentaram a pesquisa realizada em cinco regiões metropolitanas do País sobre “O que o brasileiro não sabe sobre carga tributária”. Feita pela paulista InterScience em Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre, comprovou o desconhecimento do brasileiro médio em relação ao tamanho da carga tributária que recolhe aos governos municipal, estadual e federal e sobre o volume de impostos que incidem sobre os gastos que tem no dia-a-dia. Foram 878 entrevistados, entre 18 e 60 anos, das classes A, B, C e D. A pesquisa apontou que apenas metade dos entrevistados lembrou do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano); 87% esqueceram-se do Imposto de Renda e 36% não fazem idéia de para onde vai esse recurso; 29% acham que o IPTU vai para o Estado e não à Prefeitura; 78% desconhecem que o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é estadual; 41% disseram pagar CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), mas só 4% sabem do que se trata; nenhum lembrou o que é IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) ou ISS (Imposto sobre Serviços). A apresentação no auditório do Senge foi analisada por Fernando Schüler, cientista político, e Aod Cunha, presidente da Fundação de Economia e Estatística. Segundo Joel Fischmann, presidente do Senge, a realização de um workshop para discussão desse tema se dá em razão da grande interface que o sindicato tem com o debate de questões de interesse público, além daquelas voltadas à categoria.

PA

Celpe deve readmitir empregados

O juiz da 1ª Vara do Trabalho de Belém, Pedro Tupinambá, determinou que a Celpe (Centrais Elétricas do Pará) reintegre os trabalhadores demitidos a partir de janeiro de 2005. São 257, sendo que desses 117 já foram readmitidos por força de liminar em setembro do ano passado. Segundo Manuel José Menezes Vieira, presidente do Senge Pará, isso foi resultado de uma ação civil pública. Com essa sentença, a empresa também será obrigada a pagar os salários aos empregados referentes ao período em que ficaram afastados.

ENTREVISTA

No início de março, o governador do Acre, Jorge Viana (PT), recebeu uma delegação de representantes do Sindicato dos Engenheiros e da FNE. Em pauta, as obras e projetos em andamento e a valorização dos profissionais, que somam cerca de 100 na administração direta e indireta. Em entrevista ao Engenheiro, Viana voltou a abordar esses temas, defendendo o uso de tecnologia e engenharia de ponta em busca do desenvolvimento, como nas obras de integração com o Peru, e também a importância da cultura amazônica e a consolidação do conceito de "florestania". Também propôs parceria com as entidades representativas da categoria para criar no Estado a "engenharia pública".

Quais os projetos em andamento no Estado?

Uma das nossas principais missões à frente do Governo do Estado foi organizar sua infraestrutura. No âmbito da engenharia, podemos destacar algumas obras em andamento, como a terceira ponte sobre o Rio Acre, a revitalização do centro histórico de Rio Branco e, também na capital, a estruturação do sistema viário. Temos obras, hoje, em todos os municípios do interior, com destaque para a construção do hospital regional do Juruá, em Cruzeiro do Sul, e a fábrica de pisos de madeira em Xapuri, juntamente com a indústria de preservativos masculinos.

Qual o papel dos engenheiros nesses projetos e obras?

Não se faz uma boa obra sem a efetiva participação de uma equipe técnica qualificada. E o nosso cuidado com a qualidade é sempre muito grande. Assim, os engenheiros, arquitetos e todos os profissionais envolvidos são muito solicitados durante todo o processo de construção. Mas costumamos ir a extremos: estamos construindo uma passarela de pedestres sobre o Rio

Acre que é um exemplo de ousadia em engenharia; por outro lado, podemos trabalhar construções em paxiúba, no melhor exemplo de emprego da tecnologia tradicional, de domínio quase exclusivo das populações da floresta.

O que é o projeto de integração e saída para o Pacífico?

Historicamente, o Brasil sempre esteve de costas para a Amazônia e para os países vizinhos que integram essa imensa região. Por outro lado, do ponto de vista interno, há que se ressaltar que, durante o inverno amazônico, período de chuvas, a maioria dos municípios acreanos permanece isolada por falta de estradas pavimentadas que garantam, por exemplo, a integração leste-oeste do Estado pelo eixo da BR-364. Estamos trabalhando, mas ainda falta concluir cerca de um terço do trecho de 690km de Rio Branco a Cruzeiro do Sul. Já no sentido norte-sul, pela BR-317, está garantida a ligação até o município de Assis Brasil, ponto de integração com o Peru. Hoje o governo peruano trabalha a pavimentação da estrada que interliga até o Pacífico, o que está sendo viabilizado com recursos brasileiros do BNDES. Essa integração com os países vizinhos está sendo um dos principais fatores de oxigenação de nossa economia. Temos um mercado de mais de 30 milhões de consumidores num raio de menos de mil quilômetros de distância do Acre, e isso abre infinitas possibilidades comerciais para os nossos produtos.

Como é a idéia de “florestania”?

Nós que vivemos na Amazônia, sobretudo no Acre, aprendemos em 100 anos de história atípica a nos relacionar com a natureza. Somos povos da floresta com olhar regionalizado que decorre dessa convivência, história, cultura e tradição. A “florestania” pode significar a cidadania na floresta, mas é muito mais que isso: é um estado de espírito, um jeito de ser humano que nos leva a reconhecer e se sentir parte do mundo natural que nos cerca. A expressão ganha cada vez mais importância no nosso projeto, porque significa uma espécie de síntese de todas as dimensões da sustentabilidade: ambiental, econômica, social, política, cultural e ética.

Qual a situação dos povos da floresta no Acre?

O Acre é um estado que se impõe como exemplo de resistência e criatividade na Amazônia, com repercussão no País e no mundo. Hoje, temos mais de 50% do nosso território (com 16 milhões de hectares) protegidos por leis ambientais: são parques nacionais, reservas e assentamentos extrativistas, áreas indígenas e áreas estaduais protegidas onde estão sendo implementados projetos de manejo florestal, madeireiros e não-madeireiros. Aos povos tradicionais – seringueiros, ribeirinhos, colonos e índios – está assegurada a terra, de diferentes maneiras.

Uma luta histórica da categoria é o salário mínimo profissional, que hoje seria equivalente a R\$ 2.975,00. O Acre já está cumprindo?

Temos mais de uma centena de profissionais atuando na administração direta ou indireta, com salários médios na faixa de R\$ 3.000,00. A grande maioria desses profissionais ingressou na carreira pública em administrações anteriores e suas remunerações estão vinculadas a planos vigentes em outros períodos, o que, por vezes, implica algumas distorções. Procuramos corrigi-las, vinculando sempre a uma discussão sobre produtividade, o que, para mim, é fator preponderante para a definição da remuneração.

Que tipo de parceria o Estado pode ter com entidades como Sindicato dos Engenheiros e FNE?

Existe uma discussão ainda não devidamente aprofundada, que poderia ser encabeçada por essas entidades, mais o Crea, os movimentos populares e o poder público, que é a chamada engenharia pública. Entendo que é uma forma de levar a termo a função social desses profissionais fazendo chegar até os setores mais desassistidos da população um pouco do seu conhecimento e domínio de tecnologias. Esse movimento poderia crescer, por exemplo, no apoio à autoconstrução de habitações. Outra forma de parceria é aquela que pode ocorrer por meio da participação efetiva em conselhos ou fóruns de discussão nos quais são debatidas e formuladas as políticas públicas para habitação social, reforma urbana ou desenvolvimento econômico.

C&T

A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) lançou a edição 2006 de seu Prêmio de Inovação Tecnológica. Neste ano, a premiação tem como tema o vôo inaugural do 14-Bis de Alberto Santos-Dumont sobre Paris, que completa 100 anos. Na solenidade que marcou a abertura das inscrições, em março último, o presidente da entidade, Odilon Marcuzzo do Canto, lembrou que “esse brasileiro tinha o sonho de fazer o homem voar. Para isso, estudou física e mecânica e tinha as mãos cheias de graxa. O Brasil de 2006 também tem um sonho: nós todos temos a tarefa de fazer com que este país decole para o desenvolvimento sustentável. E o caminho é a ciência, a tecnologia e a inovação”. O prêmio, cujas inscrições vão até 30 de junho, vai contemplar sete categorias, em todas as cinco regiões do País.

A importância da inovação tecnológica para que tal anseio se concretize foi demonstrada pelo trabalho “Inovações, Padrões Tecnológicos e Desempenho das Firms Industriais Brasileiras”, publicado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). O estudo, que teve o presidente da entidade, Glauco Arbix, como um dos pesquisadores e foi organizado por João

Alberto De Negri e Mario Salerno, mostra o impacto dessas transformações na economia brasileira.

Foram pesquisadas 72 mil indústrias, com dez ou mais funcionários, em que atuam 5,6 milhões de trabalhadores, as quais são responsáveis por mais de 95% do giro industrial brasileiro. Dessas, apenas 4,1% lançaram produtos e 2,8% foram responsáveis pela introdução de novos processos no mercado. Para 71% delas, as inovações e diferenciações de produtos também acompanham reestruturações de processo. Aquelas que inovam são as que mais vêm crescer suas exportações de produtos de alta intensidade tecnológica.

O segredo do sucesso

Para essas companhias, que representam 25,9% do faturamento da indústria brasileira, a inovação tecnológica e a diferenciação de produtos fazem parte de suas estratégias competitivas. E não é só o empresariado que ganha, elas contratam pessoal mais qualificado, que permanece mais tempo no emprego e ainda fatura 23% em vantagens salariais. “São organizações que valorizam o capital humano e o conteúdo tecnológico obtido por ele através do aprendizado” em suas próprias instalações.

Categorias, inscrição e prazos

Para aqueles que pretendem apresentar seus projetos, as inscrições vão até o dia 30 de junho, valendo como envio a data do protocolo eletrônico. Os julgamentos regionais ocorrerão em agosto, com as respectivas premiações em setembro e outubro. Em âmbito nacional, tais estão programados para novembro de 2006. As propostas deverão ser encaminhadas, via Internet, através de formulários disponíveis no site da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos).

É possível concorrer em diversas categorias e os participantes podem se inscrever em mais de uma. Os projetos classificados em primeiro lugar de cada uma delas nas etapas regionais concorrem ao prêmio nacional. E aqueles que já apresentaram propostas anteriores podem recolocá-las, desde que não tenham sido contempladas com as premiações principais no passado.

Veja as possibilidades:

Produto – Para produtos inovadores ou com substanciais melhorias tecnológicas já introduzidos no mercado.

Processo – Para processos inovadores ou com substanciais melhorias tecnológicas já introduzidos no mercado.

Pequena empresa e média/grande empresa – Para aquelas com atuações consideradas modelo de inovação e gestão, sendo que as pequenas são consideradas as com faturamento anual bruto de até R\$ 10,5 milhões.

Inovação social – Para produtos e processos inovadores desenvolvidos e aplicados com interação entre as comunidades envolvidas. Devem promover inclusão social, geração de trabalho e renda e melhoria nas condições de vida locais.

Instituição de ciência e tecnologia – Para instituições ou centros de pesquisa que desenvolvam novos produtos e processos em articulação com o setor produtivo. As instituições classificadas em primeiro lugar de cada região participarão do prêmio na etapa nacional.

Inventor inovador – É uma categoria especial para o inventor inovador que detenha uma patente, concedida no Brasil, cujo produto ou processo estejam no mercado e tenham gerado impactos econômicos e sociais.

Mais informações:

<http://www.finep.gov.br/premio/index.htm>

Existe também um Seac (Serviço de Atendimento ao Cliente), pelo telefone: (21) 2555-0555 ou e-mail : seac@finep.gov.br.

Há coordenadores para atendimento de cada uma das regionais:

Região Norte: Palmira Moriconi

Tel.: (21) 2555-0762, moriconi@finep.gov.br

Região Sul: Rodrigo Coelho

Tel.: (48) 3231-4393, rodrigo@finep.gov.br

Região Nordeste: Marco Antonio Motta Nunes

Tel.: (21) 2555-0444, manunes@finep.gov.br

Região Centro-Oeste: Deuci Elben de Castro

Tel.: (21) 2555-0665, dcastro@finep.gov.br

Região Sudeste: André Calazans

Tel.: (21) 2555-0445, achamun@finep.gov.br